

**XII ENCONTRO INTERNACIONAL DO
CONPEDI BUENOS AIRES –
ARGENTINA**

DIREITO INTERNACIONAL II

MARCOS LEITE GARCIA

VLADMIR OLIVEIRA DA SILVEIRA

PABLO RAFAEL BANCHIO

Todos os direitos reservados e protegidos. Nenhuma parte deste anal poderá ser reproduzida ou transmitida sejam quais forem os meios empregados sem prévia autorização dos editores.

Diretoria - CONPEDI

Presidente - Prof. Dr. Orides Mezzaroba - UFSC - Santa Catarina

Diretora Executiva - Profa. Dra. Samyra Haydêe Dal Farra Naspolini - UNIVEM/FMU - São Paulo

Vice-presidente Norte - Prof. Dr. Jean Carlos Dias - Cesupa - Pará

Vice-presidente Centro-Oeste - Prof. Dr. José Querino Tavares Neto - UFG - Goiás

Vice-presidente Sul - Prof. Dr. Leonel Severo Rocha - Unisinos - Rio Grande do Sul

Vice-presidente Sudeste - Profa. Dra. Rosângela Lunardelli Cavallazzi - UFRJ/PUCRio - Rio de Janeiro

Vice-presidente Nordeste - Profa. Dra. Gina Vidal Marcilio Pompeu - UNIFOR - Ceará

Representante Discente: Prof. Dra. Sinara Lacerda Andrade - UNIMAR/FEPODI - São Paulo

Conselho Fiscal:

Prof. Dr. Caio Augusto Souza Lara - ESDHC - Minas Gerais

Prof. Dr. João Marcelo de Lima Assafim - UCAM - Rio de Janeiro

Prof. Dr. José Filomeno de Moraes Filho - Ceará

Prof. Dr. Lucas Gonçalves da Silva - UFS - Sergipe

Prof. Dr. Valter Moura do Carmo - UNIMAR - São Paulo

Secretarias

Relações Institucionais:

Prof. Dra. Daniela Marques De Moraes - UNB - Distrito Federal

Prof. Dr. Horácio Wanderlei Rodrigues - UNIVEM - São Paulo

Prof. Dr. Yuri Nathan da Costa Lannes - Mackenzie - São Paulo

Comunicação:

Prof. Dr. Liton Lanes Pilau Sobrinho - UPF/Univali - Rio Grande do Sul

Profa. Dra. Maria Creusa De Araújo Borges - UFPB - Paraíba

Prof. Dr. Matheus Felipe de Castro - UNOESC - Santa Catarina

Relações Internacionais para o Continente Americano:

Prof. Dr. Heron José de Santana Gordilho - UFBA - Bahia

Prof. Dr. Jerônimo Siqueira Tybusch - UFSM - Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Paulo Roberto Barbosa Ramos - UFMA - Maranhão

Relações Internacionais para os demais Continentes:

Prof. Dr. José Barroso Filho - ENAJUM

Prof. Dr. Rubens Beçak - USP - São Paulo

Profa. Dra. Viviane Coêlho de Séllos Knoerr - Unicuritiba - Paraná

Eventos:

Prof. Dr. Antônio Carlos Diniz Murta - Fumec - Minas Gerais

Profa. Dra. Cinthia Obladen de Almendra Freitas - PUC - Paraná

Profa. Dra. Livia Gaigner Bosio Campello - UFMS - Mato Grosso do Sul

Membro Nato - Presidência anterior Prof. Dr. Raymundo Juliano Feitosa - UMICAP - Pernambuco

D597

Direito Internacional II [Recurso eletrônico on-line] organização CONPEDI

Coordenadores: Marcos Leite Garcia; Pablo Rafael Banchio; Vladimir Oliveira da Silveira. – Florianópolis: CONPEDI, 2023.

Inclui bibliografia

ISBN: 978-65-5648-803-5

Modo de acesso: www.conpedi.org.br em publicações

Tema: Derecho, Democracia, Desarrollo y Integración

1. Direito – Estudo e ensino (Pós-graduação) – Encontros Nacionais. 2. Direito. 3. Internacional. XII Encontro Internacional do CONPEDI Buenos Aires – Argentina (2: 2023 : Florianópolis, Brasil).

CDU: 34



XII ENCONTRO INTERNACIONAL DO CONPEDI BUENOS AIRES – ARGENTINA

DIREITO INTERNACIONAL II

Apresentação

Após um tempo sem os congressos na forma presencial de nossa associação brasileira de professores de pós-graduação stricto sensu, sem nenhuma dúvida é para todos uma grande satisfação participar e reencontrar pessoalmente aos colegas na capital argentina em mais um congresso internacional. Como corresponde aos anseios dos membros da Academia do Direito de seguir construindo uma Comunidade Internacional e uma Sociedade mais democrática, tolerante, justa e plural, a presente obra reúne trabalhos que previamente foram aprovados pelos avaliadores da comunidade científica do Conpedi (com a devida dupla revisão cega por pares) para o Grupo de Trabalhos sobre o tema Direito Internacional. Assim sendo, os respectivos trabalhos foram apresentados e debatidos no dia 14 de outubro de 2023, no belíssimo edifício da Faculdade de Direito da Universidade de Buenos Aires (UBA), situado na Avenida Presidente Figueroa Alcorta, 2263, paralela a emblemática Avenida del Libertador, na Cidade Autônoma de Buenos Aires, durante a realização do XII Encontro Internacional do Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito (CONPEDI).

Quanto ao recorte temático, partindo do eixo do Direito Internacional, os esforços foram direcionados para o aprofundamento dos debates dos mais diversos e atuais temas: O Direito da Guerra e a nova guerra tecnológica; Os 25 anos da criação do TPI, apontamentos sobre a participação brasileira; O sistema de solução de controvérsias e a abordagem promocional do desenvolvimento sustentável no acordo de livre comércio mercosul-união europeia; A influência do processo de internacionalização dos direitos humanos na relativização do conceito de soberania absoluta; O poder das corporações transnacionais big techs e o controle dos dados, para além da tecnoutopia; Dignidade da pessoa humana, inteligência artificial e proteção de dados nas smart cities; O debate acerca da personalidade jurídica de direito internacional das empresas transnacionais; O déficit democrático nos processos de integração e o papel da função jurisdicional desde uma perspectiva sistêmica: o caso do mercosul; O fator brasiguai como complicador do processo de integração e a geopolítica dos conflitos fundiários no Paraguai; Reflexões sobre direito, globalização e as novas disputas territoriais do século XXI; As decisões judiciais transnacionais são ativismo ou protagonismo judicial; A importância da secretaria do mercado comum do sul para o processo de integração do bloco; Reflexões sobre pena de morte, excepcionalismo americano e a fratura entre o direito nacional e internacional; O Estado e a perspectiva da transnacionalidade; Eficácia e implementação do regime internacional de biodiversidade.

Considerando esse vasto e interessante universo de ideias, optou-se por reunir os artigos em blocos, por afinidade de assuntos, o que viabilizou um fértil debate após as apresentações de cada grupo temático. Dita dinâmica, além do excelente clima de respeito mútuo e de estreitar os laços entre os pesquisadores, viabilizou a reflexão e o intercâmbio de pensamentos, o que sem nenhuma dúvida reforça e qualifica a pesquisa científica no tema. Nós, os coordenadores do Grupo de Trabalho Direito Internacional II, ficamos muito satisfeitos com a qualidade dos trabalhos apresentados.

Boa leitura e todos!

Buenos Aires, outubro de 2023.

Prof. Dr. Pablo Rafael Banchio (Universidade de Buenos Aires)

Prof. Dr. Marcos Leite Garcia (Universidade do Vale do Itajaí)

Prof. Dr. Vladimir Oliveira da Silveira (Universidade Federal do Mato Grosso do Sul)

O FATOR BRASIGUAIO COMO COMPLICADOR DO PROCESSO DE INTEGRAÇÃO REGIONAL: POR UMA GEOPOLÍTICA DOS CONFLITOS FUNDIÁRIOS NO PARAGUAÍ.

THE BRASIGUAIOS FACTOR AS A COMPLICATOR IN THE REGIONAL INTEGRATION PROCESS: TOWARDS A GEOPOLITICS OF LAND CONFLICTS IN PARAGUAY.

Lucas Gonçalves de Oliveira Ferreira ¹

Resumo

O artigo aborda os conflitos fundiários na fronteira leste do Paraguai após os intensos fluxos migratórios da década de 70, com foco na análise geopolítica dos conflitos internacionais advindos desse fenômeno, e sua relação com a ocupação brasiguaiia de grandes áreas de terras produtivas paraguaias e a possível ameaça a soberania do Estado Paraguaio. Analisam-se a questão através de três grandes eixos, sendo inicialmente abordado a questão da propriedade de terra no Paraguai e o processo de estrangeirização das terras cultiváveis. Em um segundo momento a discussão se presta a analisar os fluxos migratórios de brasileiros para o Paraguai nos anos 50 e 60 e em especial depois dos anos 70, com objetivo de compreender essas dinâmicas migratórias, bem como discutir o fenômeno do surgimento dos brasiguaios e sua influência nas questões fundiária paraguaia. Por fim, analisa-se os conflitos pela terra paraguaias, especialmente situações envolvendo brasiguaios com fator preponderante na dinâmica conflituosa, bem como suas repercussões nos aspectos espaço-territoriais e da estrutura de poder da região, fatores esses centrais a análise dos efeitos geopolítica e internacional da questão. Em última instância, o presente artigo objetiva constatar a existência e identificar os efeitos das relações existentes entre brasiguaios e o controle do território paraguaio, o processo de estrangeirização da terra e os conflitos fundiários ocorridos a partir de 2008, e como tal temática é mais do que apenas um conflito fundiário, demonstrando-se os potenciais efeitos deletérios na seara internacional, em especial as relações regionais de integração do Mercosul.

Palavras-chave: Conflito fundiário, Paraguai, Land grabbing, Brasiguaios, Integração regional

Abstract/Resumen/Résumé

The article addresses the land conflicts that occurred on the eastern border of Paraguay after the migratory flows of the 1970s, focusing on the geopolitical analysis of the conflicts arising from this phenomenon, and their relationship with the Brasiguaios occupation of large areas of Paraguayan productive land, with the emergence of a threat to the sovereignty of the Paraguayan State. The issue will be analyzed through three axes, initially addressing the issue

¹ Advogado, Mestre em Integração Latino-Americana (PPGICAL) da UNILA e doutorando em direito pela UFPR (PPGD). Integrante do Grupo de Pesquisa INTER - Abordagens Críticas ao Direito Internacional (UFPR).

of land ownership in Paraguay and the process of foreignization of arable land. In a second moment, the discussion lends itself to understanding the migratory flows of Brazilians to Paraguay in the 50s and 60s and especially after the 70s, aiming to understand these migratory dynamics, as well as to discuss the phenomenon of the emergence of Brasiguaios and their influence on Paraguayan land issues. The third axis analyzes Paraguayan land conflicts, especially situations involving Brasiguaios with a preponderant factor in the conflict dynamics, as well as their repercussions on the political and structural aspects of the region, central to the analysis of the geopolitical and international effects of the issue. Ultimately, this article aims to verify the existence, in addition to identifying, the effects of the existing relations between Brazilians and the control of Paraguayan territory, the process of foreignization of land and land conflicts that occurred from 2008, and as such a theme it is more than just a land conflict, demonstrating considerable deleterious potential in the international arena, especially for the Mercosur regional integration process.

Keywords/Palabras-claves/Mots-clés: Land conflict, Paraguay, Land grabbing, Brasiguaios, Regional integration

1 INTRODUÇÃO

Junto com as grandes crises econômicas de 2008 surge em nível mundial um sistemático interesse do capital internacional pela expansão e diversificação de seu portfólio de investimentos, tendo agora as terras produtivas como alvo de tais investimentos. A esse fenômeno convencionou-se dar o nome de “land rush”, que em parte foi resultado da já citada crise econômica de 2008, mas também uma sucessão de confluências de inúmeras espécies de crises que ocorriam naquele período, como crises de segurança alimentar, crises ambientais e climáticas.

É possível constatar “*a priori*” que esse processo é resultado natural do sistema capitalista em busca de novas formas de acumular capital. Contudo as terras alvo dessa investida, via de regra são localizadas em países marginais ao capital dominante que as adquiri, o que configura o fenômeno do “land grabbing” e “acaparamiento de tierras”.

Nesse contexto, a presença de capital estrangeiro assume caráter relevante quando atores estrangeiros passam a ser os principais apropriadores e donos de terras, tornando-se fatores ensejadores de conflitos no médio e longo prazo, especialmente os conflitos resultantes da deterioração das condições sócio-produtivas dos países em desenvolvimento, que acabam sendo muito mais suscetível a referido processo de estrangeirização de suas terras e a transferir aos seus nacionais os efeitos dessa deterioração.

Um caso emblemático desse processo de estrangeirização de terras é o do Paraguai, que nas últimas décadas viu a maior parte de suas terras produtivas serem adquiridas por estrangeiros, e a reboque viu surgir inúmeros conflitos sociais entre a população campesina sem-terra e esses proprietários de grandes latifúndios, em especial os de origem brasileira, mais conhecidos como brasiguaios.

Contudo, a temática exposta, vem sendo trabalhada em debates unicamente sociológicos ou voltados ao fomento da militância sócio-rural, restringindo danosamente as possibilidades de análise do assunto. Porém a temática pouco foi analisada do ponto de vista geopolítico, sendo exatamente essa possibilidade de uma análise crítica, considerando os aspectos espaciais e de estruturas de poder, o ponto de inflexão e ineditismo que se intenta buscar neste trabalho.

De forma sucinta, o que se pretende averiguar é a resposta à seguinte pergunta: “Os conflitos fundiários no Paraguai após a década de 70, estão diretamente relacionados à existência do processo de estrangeirização das terras paraguaias (Land Grabbing), em especial as tensões com brasiguaios proprietários de terras no Paraguai?”.

Para tanto o trabalho será dividido em 3 partes, em uma primeira parte serão discutidas as questões afetas a situação fundiária do Paraguai, ressaltando o processo de estrangeirização das terras desse país e as consequências advindas de todo esse processo, em uma segunda parte trataremos especificamente dos movimentos migratórios de brasileiros para o Paraguai e o surgimento dos chamados brasiguaios, e suas relações com os atuais conflitos pela terra no território paraguaio e seus efeitos no cenário internacional.

Dando continuidade aos trabalhos, em um terceiro momento intenta-se analisar os conflitos ligados a propriedade da terra no Paraguai e qual relação guardam com o processo de estrangeirização de suas terras advindas dos fluxos migratórios dos chamados brasiguaios.

Por fim, em última instância a pesquisa aqui realizada pretende aportar recursos analíticos críticos e dados que possam fomentar futuras ações de mediação e análise dos conflitos internacionais advindos das tensões fundiárias em território paraguaio, lastreando uma maneira diferente de lidar com as questões fundiárias do país vizinho, haja vista que em processos de integração regional a mediação, a informação e a existência de dados precisos acerca do problema, são ponto crucial na obtenção de sucesso na pacificação social de conflitos.

2 PARAGUAI E A QUESTÃO DA PROPRIEDADE DAS TERRAS.

O Capital Internacional intensificou seus esforços de aquisição de terras marginais, como alternativa de investimento e acumulação de novos capitais, em grande medida impulsionado pelas crises desencadeadas a partir de 2007-2008.

Essa forma de avanço do capital sobre a terra ficou conhecido no meio acadêmico como “*land grabbing*”, existindo um sem número de definições e entendimentos sobre o assunto, a depender da área de conhecimento ou do enfoque dado à análise.

No Brasil o termo *land grabbing*, não recebeu tradução e se convencionou nos círculos acadêmicos, a utilização do termo estrangeirização para se fazer alusão a tal processo, conforme bem ilustram as palavras de Wilkinson:

A “grilagem” de terras tem sido uma constante na história agrária brasileira, caracterizada pela ocupação sucessiva de fronteiras por meio da apropriação de terras públicas ou da expulsão de populações munidas apenas de direitos consuetudinários. Para além da dimensão “em grande escala”, frequente, porém não constitutiva desse processo, a noção de *land grabbing* cabe como uma luva para captar a experiência brasileira de grilagem, mas pouco serve para identificar uma nova dinâmica. Como alternativa, os estudos brasileiros ressaltam outro aspecto desses investimentos – a sua condução por atores e capitais estrangeiros – e preferem a terminologia “estrangeirização” (WILKINSON, 2017, p. 13).

Contudo, considerar *land grabbing* e estrangeirização como sinônimos seria um erro conceitual, ao passo de que o primeiro se configura como processo amplo de apropriação de terras, enquanto a estrangeirização seria elemento desse processo mais abrangente, ou seja, estrangeirização de terras faria referência a apropriação de terras especificamente pelo capital estrangeiro.

Nesse sentido Fernandes e Izá Pereira (2018, p.19) tece crítica ao conceito de *land grabbing*, salientando que por vezes, sua utilização é feita de maneira restritiva, disseminando a ideia de terra enquanto superfície territorial e não levando em conta a terra enquanto território, que abarca outros recursos como água, biodiversidade, subsolo, fertilidade, entre outros, e que muitas vezes são transacionadas apenas para que se possa ter acesso a estes recursos.

Os autores ainda sugerem que uma tradução mais adequada para *land grabbing* seria a de “controle do território, pois o objetivo do capital é controle para promover a acumulação e a estrangeirização da terra representa um elemento desse processo, corresponde ao controle do território pelo capital estrangeiro” (FERNANDES E IZÁ PEREIRA, 2018, p. 19).

Considerada a abordagem proposta Fernandes e Izá Pereira (2018, p.19), é possível se pensar os conflitos fundiários desde uma perspectiva geopolítica muito mais ampla sendo possível estender a análise para além da tradicional temática dos reflexos sociais sobre o campesinato e transcender até temáticas macro-estratégicas como a apropriação de recursos naturais e a consolidação de estratégias e posicionamento geopolítico mais acurada, tanto em escala regional como global.

Vencida essa primeira e breve etapa conceitual, e considerando esse contexto de concentração e estrangeirização da terra, temos o Paraguai como um dos mais emblemáticos casos. O país possui a maior concentração fundiária do mundo, com um índice de GINI de 0,93 (MAG, 2018) e tendo cerca de 19 % de seu território nas mãos de estrangeiros (GLAUSER, 2009, p.8).

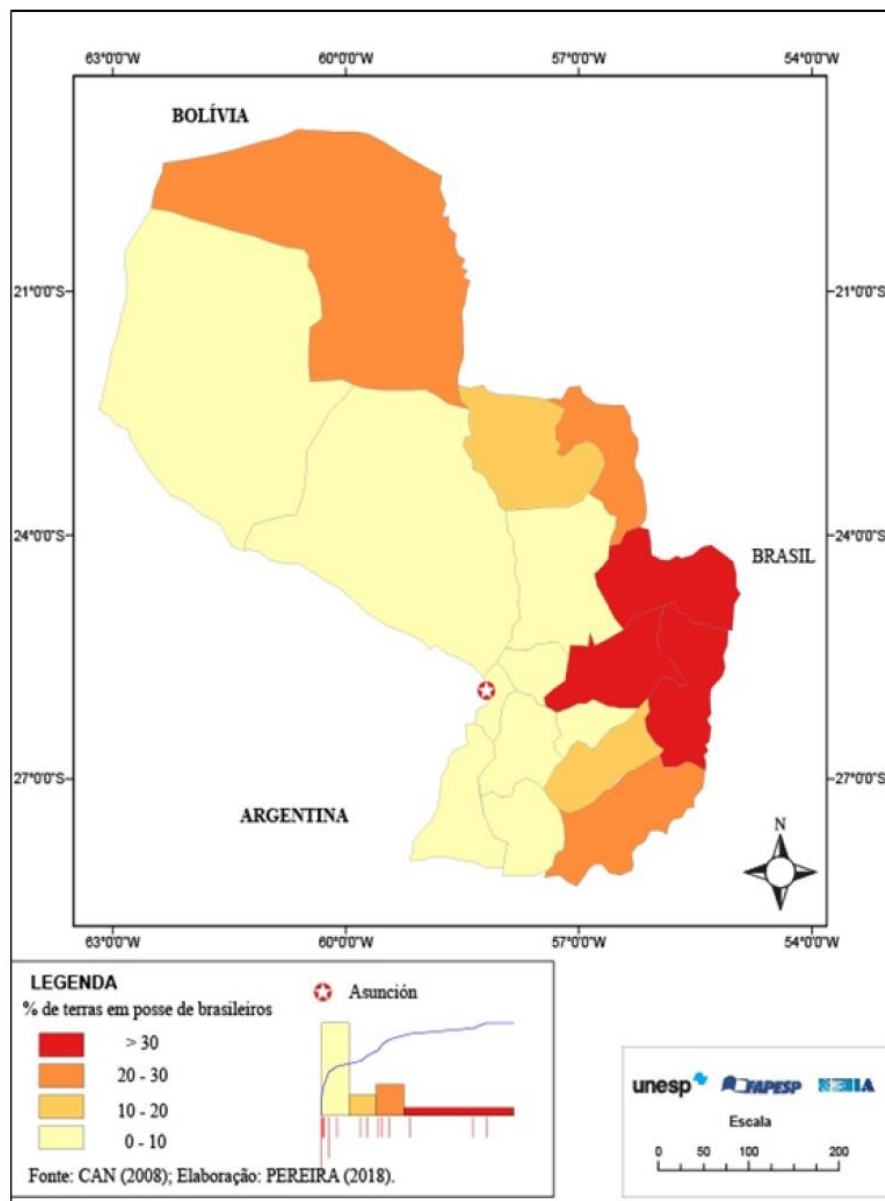
A concentração e estrangeirização da terra no Paraguai, é um processo histórico, que se inicia no final da Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870), sendo possível identificar três ciclos de estrangeirização da terra, todos definidos por uma concentração da estrutura fundiária e de renda:

No Paraguai é possível identificar três ciclos de estrangeirização da terra, todos estes marcados pela concentração fundiária e de renda. O primeiro de 1870 até 1950, caracterizado pela venda de terras públicas e presença do capital argentino para a exploração do Quebracho. Um segundo ciclo de 1950 até 1990, com reorientação das relações internacionais do Paraguai para o Brasil e marcado pelo início do cultivo de soja no país na década de 1970 e, por fim, o terceiro ciclo, iniciado na década de 1990 e que perdura até a atualidade, no qual há a transnacionalização definitiva do território paraguaio (VILLAGRA,

2014), intensificação da concentração e estrangeirização e da terra e acirramento dos conflitos pelo território era agronegócio e agricultura camponesa. (FERNANDES e IZÁ PEREIRA, 2018, p.20)

O resultado de todos estes ciclos de estrangeirização da terra é um Paraguai onde departamentos como Canindeyú e Alto Paraná, fronteiriços ao Brasil, apresentam respectivamente 60,1% e 55,2% de seus territórios, em posse de brasileiros, seguido de perto pelo departamento de Caaguazú, na região central do Paraguai, onde 32,1% das terras estão em mãos brasileiras, como se pode ser visualizado no mapa abaixo:

Mapa 1 - Porcentagem de terra em posse de brasileiros de acordo com o departamento – 2008.



Fonte: MAG (2008); Org.: FERNANDES e PEREIRA (2018).

Neste cenário a tendência é a consolidação do modelo agroextrativista, isto é, agricultura orientada para o monocultivo, geralmente com alto grau de tecnificação, mas com pouco ou nenhum processamento e com destino a exportação (GUDYNAS, 2010), visando unicamente atender os interesses do mercado internacional e que se reproduz através de uma lógica de estrangeirização da terra e de sua concentração na forma de latifúndios.

O referido modelo esse que exclui o pequeno produtor e a maior parte do desafortunado campesinato Paraguai, vem sendo o combustível ideal para inflamar conflitos e instigar a busca por culpados para as mazelas sociais advindas do processo de concentração e estrangeirização das terras produtivas paraguaias.

3 AS MIGRAÇÕES DA DÉCADA DE 70 E A SITUAÇÃO DOS BRASIGUAIOS NO PARAGUAI.

A formação do processo migratório que viria a dar origem aos diversos contingentes de brasileiros no Paraguai, surgem na década de 1950, sendo do ano de 1954 os primeiros fluxos consideráveis de brasileiros indo em direção ao território paraguaio, tendo como principal característica a de serem grandes proprietários de terras.

A partir de 1961, com a criação do programa “Marcha al Este” do governo paraguaio, os fluxos de brasileiros se intensificam, devido ao fato de que o referido programa ao propor a colonização da fronteira leste paraguaia por campesinos daquela nacionalidade sem oferecer apoio adequado, apenas propiciou um intenso movimento de revenda de terras a latifundiários e empresas estrangeiras (ZAAR, 2010, p.07).

Nesse contexto, no ano de 1966, foi assinada a Ata das Cataratas, onde o Governo paraguaio iniciou um grande programa de venda de terras a grandes grupos financeiros, empresas e investidores brasileiros, em regiões do entorno da fronteira com o Brasil, como “ por exemplo, a empresa Karapá SRL que possuía áreas estimadas em 100 mil hectares, e a Companhia Americana, de um ex-chanceler brasileiro, áreas de cerca de 80 mil hectares nesta região fronteira do território paraguaio” (COLOGNESE, 2013, p.149).

Essas terras adquiridas por agentes brasileiros inicialmente exploravam a madeira promovendo depois a venda das terras às colônias de agricultores. Esse processo teve o apoio do Instituto de Bienestar Rural (IBR) no Paraguai, o que em realidade passou a existir como um projeto de colonização privado (COLOGNESE, 2013, p.150).

O processo exposto acima foi inspirado em boa parte nas experiências bem-sucedidas na colonização e modernização agrícola do sul do Brasil, em especial do Oeste do Paraná,

situado nas proximidades da fronteira, de forma que o Paraguai visava atrair exatamente esses colonos do sul do Brasil como fator humano a ser usado em seu movimento de expansão e modernização das fronteiras agrícolas paraguaias do extremo leste.

Boa parte desses emigrantes deixam o Brasil devido à indisponibilidade de terras no Brasil, as quais estavam concentradas nas mãos de grandes latifundiários, decorrência dos modelos implantados durante a modernização da agricultura brasileira no período de 1960 até 1970, além de fatos como a construção da Usina de Itaipu e as sedutoras condições apresentadas para aquisição de terras no Paraguai no momento, onde segundo Colognese (2013, p. 150) os emigrantes brasileiros “foram atraídos para o Paraguai pela fertilidade e os baixos preços das terras, bem como pelos incentivos, baixos impostos e os créditos de longo prazo fornecidos pelo Banco Nacional de Fomento do Paraguai”.

As décadas 1970 e 1980, foram marcadas por uma aceleração dos fluxos migratórios de brasileiros ao Paraguai, resultado da inundação das áreas do reservatório da Usina hidrelétrica de Itaipu, onde segundo Fiorentin (2010, p.39) aproximadamente 40 mil brasileiros se deslocaram do estado do Paraná para ocupar terras paraguaias, passando assim a fazer parte da estrutura de produção agrícola paraguaia como agregados, parceiros, arrendatários, assalariados ou ainda como pequenos, médios e grandes proprietários.

Nesse período o Estado brasileiro, entendia a migração para o país vizinho como positiva, na medida em que seriam importantes para a consolidação da geopolítica brasileira da época, tendo em vista que este período foi marcado pela busca de uma maior cooperação entre ambos os países. Além disso, este grupo de migrantes representava uma resposta importante aos interesses brasileiros na ocupação das fronteiras. Nas palavras de Sprandel:

Em 1952, o general Golbery do Couto e Silva, do Exército Brasileiro, defende uma manobra geopolítica para a integração do território nacional, que consistia em ligar o nordeste e o sul ao núcleo central do país. Paraguai e Bolívia são apresentados como prisioneiros geopolíticos da Argentina, e aquelas regiões de fronteira são caracterizadas como indisfarçáveis zonas de fricção externas onde podem vir a contender, quer queiram quer não, os interesses brasileiros e argentinos. (SPRANDEL, 1992, p. 122)

Um fator que deve ainda ser considerado nesse contexto de migrações é a proximidade da fronteira leste do Paraguai com a região oeste do Paraná, o que contribuiu para a manutenção de forte e perene o fluxo de brasileiros rumo às terras férteis e baratas do lado paraguaio da fronteira.

O resultado desses fluxos migratórios pode ser avaliado considerando que o Ministério das Relações Exteriores do Brasil informa que no final dos anos 1990, cerca de 459 mil

brasileiros viviam em território paraguaio, representando, por exemplo, 80% da população total do Departamento de Alto Paraná (COLOGNESE, 2013, p.149).

Esse predomínio de imigrantes brasileiros nessa faixa de fronteira entre o departamento do Alto Paraná e a região do oeste do Paraná, gerou consequências em todos os aspectos da vida social. Nestes bolsões populacionais “os brasileiros elegem prefeitos, vereadores, são proprietários das principais empresas, falam português, ouvem rádios e acompanham a programação televisiva das emissoras do Brasil” (COLOGNESE, 2013, p.150).

Contudo os grupos brasileiros nunca se configuraram como um grupo coeso e homogêneo podendo ser distribuídos em quatro grupos principais conforme o quadro abaixo:

Quadro 1 - Grupos de imigrantes brasileiros na região do Departamento do Alto Paraná

Tipo	Composição
Burguesia agrária	São grandes produtores rurais estabelecidos em Alto Paraná, Canindeyú, norte de Itapúa e Caaguazu desde a metade da década de 1970
Agricultores médios	Produtores rurais sem muita capitalização para o trabalho mecanizado
Grandes arrendatários	Donos de terras com interesses comerciais e não de subsistência.
Desafortunados	É grupo é mais diversificado. Formado por ocupantes sem titulação das terras, proprietários de pequenas áreas (entre cinco a dez hectares), proprietários de títulos provisórios ou contestados judicialmente, agregados e bóia frias com ou sem contrato etc.

Fonte: CESCNETO E ROESLER, 2004, p.11.

Desse contexto é pertinente definir melhor o termo brasiguai, que em seu sentido genérico define os brasileiros que migraram para a região fronteira do Paraguai, a partir dos anos 50.

Com o transcurso do tempo, desde 1985, quando o termo foi cunhado, o termo brasiguai recebeu diversos sentidos e significados. Normalmente vinculados “ao ambiente de conflitos e aos atores brasileiros e paraguaios, envolvidos em disputas pela posse de áreas territoriais e seus desdobramentos no Paraguai” (COLOGNESE, 2013, p.145-146).

O termo ainda detém outros significados, tendo por exemplo o sentido comum de definir genericamente todo e quaisquer contingentes populacionais e situações sociais envolvendo os imigrantes brasileiros que se dirigiram para o território paraguaio.

No entanto, a definição mais precisa do termo brasiguaiio, mesmo que hoje não seja significativa mais empregada, faz referência apenas ao contingente de brasileiros que retornaram das terras paraguaias ao Brasil na década de 1980 e 1990, e padeciam das mazelas de não serem reconhecidos como brasileiros, e tão pouco se consideravam cidadãos paraguaios, permanecendo em um limbo identitário que motivaria a criação do termo e os estudos das repercussões desse fenômeno sociocultural.

Os brasiguaios, via de regra, gozam de situações socioeconômicas bastante diferentes, oscilando da fortuna a miséria, no entanto alguns problemas são comuns a todos os brasiguaios como o preconceito e a falta de organização dos próprios brasiguaios no modo de reivindicação de suas demandas locais, assim como a falta de infraestrutura pública de saúde, educação, saneamento básico, telefonia rural entre outros.

Outro percalço que muito afligiu esses migrantes foi a falta de documentação completa e de regularização de suas migrações, bem como os problemas legais relacionados ao assentamento e propriedade rural que acabam por ser atingir muito mais fortemente a parcela de brasiguaios constituintes do grupo dos desafortunados.

Mas ante a toda a complexidade do tema envolvendo os fluxos migratórios e a questão fundiária no Paraguai, que passa desde o processo de estrangeirização da terra até a construção da identidade brasiguaiia, é necessário contextualizar o ambiente de conflitos e disputas envolvendo grupos de brasileiros e paraguaios em diferentes contextos desta fronteira, para a construção de um escopo sólido a discussão.

4 CONFLITOS PELA TERRA: UMA DISPUTA PELAS TERRAS EM FAIXA DE FRONTEIRA.

A permanência dos imigrantes brasileiros em território paraguaio não tem sido tão amistosa quanto no geral se imagina, tendo sido na realidade bastante conflituosa e problemática nos últimos 30 anos, especialmente depois da redemocratização do Paraguai no final da década de 80.

A partir de 1989, com o fim do período ditatorial no Paraguai, a população paraguaia iniciou um processo de busca por seus direitos e luta por uma sociedade mais justa e igualitária. Entre as pautas prioritárias estava a Reforma Agrária, haja vista que boa parte do povo paraguaio acusava o governo de Alfredo Stroessner Matiauda, de utilizar-se de mecanismos espúrios para apoderar-se de propriedades que lhes pertenciam e distribuí-las entre os setores

do governo, empresas estrangeiras e projetos agropecuários, incluindo aqui o assentamento de milhares de pequenos agricultores brasileiros, o que em última instância resultou em uma política agrícola baseada em latifúndios.

Devido a esses fatos, os imigrantes brasileiros, passaram a ser vistos, por determinados setores da sociedade paraguaia, como responsáveis pelo agravamento das desigualdades existentes no país, resultando no surgimento de profundos conflitos (MATTOS e MORAES, 2013, p.41).

Corroborando com essa desconfiança da sociedade paraguaia, em 2005 o presidente Óscar Nicanor Duarte Frutos, aprovou uma lei em que proibia a venda de terras a estrangeiros em zonas de fronteiras, que a época abarcava as terras num raio de 50 quilômetros de distância da fronteira.

A norma visava claramente inibir o comércio de terras exclusivamente entre brasileiros na região de fronteira e fomentar transferências dessas terras a paraguaios, em especial por serem áreas consideradas de segurança nacional, todavia a legislação se mostrou inócua continuando a estrutura fundiária concentrada sob o comando de brasiguaios (COSTA, 2009, p.70).

Já no ano de 2008, em meio aos conflitos políticos do governo de Fernando Armindo Lugo de Méndez, eleito com apoios das classes populares paraguaias e dos movimentos sociais, grupos esses que ao não ver seus anseios de ampliação do processo de reforma agrária atendido, especialmente os Carperos, iniciam uma série de invasões do que eles consideravam latifúndios, a fim de pressionar o governo em busca de justiça social por meio do acesso à terra, mas o que se gerou foi apenas instabilidade e conflitos na área rural.

Além dos conflitos agrários creditados aos brasiguaios pelos movimentos dos Carperos e considerando que os brasileiros em diversas regiões da fronteira leste paraguaia são maioria da população, diversos líderes camponeses, políticos de oposição e setores intelectuais de esquerda apontam os brasiguaios como uma ameaça à soberania do Paraguai e à sua identidade. Nas palavras de Colognese:

[...] acusam ainda os brasileiros de representarem uma ameaça à soberania do Paraguai e à sua identidade. Eles acusam os brasileiros de se isolarem, falarem a própria língua, cultivarem os símbolos e valores do Brasil e possuírem as melhores terras no Paraguai (COLOGNESE, 2013, p.151).

Um outro ponto a ser considerado é de que em meio a toda essas turbulências, como a maioria dos brasileiros não se encontram legalizados no Paraguai, passaram a ser alvo de recorrentes extorsões das autoridades paraguaias para que conseguir sua regularização e

permanência no país, sendo a arbitrariedade e os atos de violência gratuita corriqueiros na vida dos brasiguaios residentes no Paraguai (Idem, p.152).

Dessa forma em decorrência de todos esses conflitos e animosidades, em relação a questão da propriedade da terra, diversos títulos de terras adquiridas por brasileiros vêm sendo questionados no judiciário paraguaio, assim segundo Colognese (2013, p. 152) muitos brasiguaios: “[...] para não serem detidos ou expulsos das áreas, muitos brasileiros são obrigados a pagar mais de uma vez pela mesma propriedade das terras.”, o autor ainda acrescenta que “mesmo quando a justiça decide favoravelmente aos brasileiros, reconhecendo os títulos de propriedade, a polícia muitas vezes não cumpre a ordem judicial e as propriedades permanecem ocupadas pelos Carperos (COLOGNESE, 2013, p.151).

Um bom exemplo dos conflitos narrados acima é o ocorrido no início do ano de 2012, onde os Carperos intensificaram as invasões a propriedades por eles consideradas improdutivas, sendo que a maior parte dessas terras tinham como donos colonos brasileiros.

O movimento campesino via nessas invasões uma forma de pressionar o governo para obtenção da desapropriação de 160 mil hectares de terra, em sua maioria no departamento do Alto Paraná, via de regra de propriedade de brasiguaios.

Figura 1 - Uma Amizade em Risco

Uma amizade em risco

Vive no Paraguai meio milhão de brasileiros e descendentes, 60% deles em regiões próximas à fronteira



Fonte: MATTOS e MORAES, 2013, p.44.

De um lado desse conflito estavam os Carperos defendendo que a maioria dos títulos de propriedade rural emitidos durante o período Stroessner padecia de ilegalidades, conforme já exposto anteriormente, e do outro lado estavam os brasiguaios defendendo que suas documentações são legítimas.

O que ocorre, no entanto é que as tensões entre campesinos paraguaios e agricultores brasiguaios não são apenas econômicas ou políticas, há um considerável fator étnico-cultural, já que a maioria dos brasiguaios são de origem europeia, como o general Stroessner, que era descendente de alemães, já os campesinos em sua esmagadora maioria são de origem guarani.

A que se considerar ainda que a ascensão da esquerda no Paraguai, e sua agenda de valorização da questão indígena, fez nascer um forte nacionalismo, junto a um discurso xenófobo quanto aos brasiguaios (MATTOS e MORAES, 2013, p.45), de encontro a essa posição nacionalista e xenófoba vem as palavras Victoriano Lopez, líder dos carperos, que em um de seus discursos afirma: “Os invasores são os brasileiros. Não podemos ser invasores nas nossas próprias terras. Não temos medo de guerra”.

Por fim, junta-se a esse complexo conflito o fato de que naquele período, surge um forte movimento anti-imperialista contra o Brasil, fator esse que pode incrementar e muito as proporções desses conflitos fundiários.

5 RELAÇÕES INTERNACIONAIS BRASIL-PARAGUAI E O FATOR BRASIGUAIO COMO DESESTABILIZADOR DO PROCESSO DE INTEGRAÇÃO REGIONAL.

Observando o histórico das relações internacionais Brasil-Paraguai no período que compreende os anos de 1969 e 2010 o que é perceptível é uma tendência de manutenção da continuidade no relacionamento bilateral entre os países, em especial porque tratativas que iniciam em um governo têm continuidade e desdobramentos nos anos seguintes.

Esse histórico ainda indica que mesmo tendo continuidade a abordagem foi diversa ao longo das décadas no que diz respeito ao posicionamento brasileiro, os governos brasileiros compreendidos dos anos de 1969 a 1990 mantiveram as relações com o Paraguai dentro de um viés desenvolvimentista. Exemplo disso é a agenda assertiva adotada durante o governo Geisel, composta pela montagem do arcabouço jurídico do empreendimento Itaipu Binacional, bem como o fomento de projetos de cooperação técnica e de integração das matrizes de infraestrutura logística e energética entre os dois países (FONSECA, MONTEIRO, 2007, pp. 28-46).

Em meados de 1990, no final do governo Sarney inicia-se o desvio da agenda da política externa brasileira de bilateral para uma agenda multilateral, que resultaria na fundação

do Mercosul. Contudo tal mudança não gerou, naquele momento, nada de novo na prática, somente a manutenção das tratativas e negociações que já se encontravam em curso.

Com o início do governo Collor, é possível constatar uma guinada na abordagem nas relações Brasil-Paraguai, sendo a partir daí baseada no paradigma neoliberal com alinhamento aos projetos Norte americanos e tentativa de descaracterização do Brasil como país de terceiro mundo (SILVA, 2009), paradigma esse marcado pela paralisação da agenda bilateral entre os países, com exceção dos projetos ligados a Itaipu, ficando notório que o Paraguai não era prioridade na política externa. Os governos seguintes de Fernando Henrique Cardoso mantiveram um posicionamento semelhante, o que resulta até a atualidade em uma relação bilateral de desconfiança, em especial devido a posição consideravelmente mais frágil do Paraguai em relação as investidas brasileiras.

Talvez, e apenas talvez, tenhamos nessa contumaz política externa brasileira um agravante da situação fundiária relacionada ao brasiguaios, já que o posicionamento brasileiro corrobora com o discurso nacionalista paraguaio de que o Brasil sempre se pautou por um projeto de imperialismo regional e de tentativa de instituição de um relacionamento de vassalagem para com o Paraguai.

Mesmo que se considere os avanços em agenda bilateral desenvolvidos no governo Lula, ainda se configuraria uma relação bastante desfavorável para o Paraguai, como bem destaca Fernando Masi (2006, p.23), ao considerar que as autoridades brasileiras ainda teriam muito o que fazer para auxiliar o Paraguai a superar o tímido crescimento econômico e o atraso competitivo dentro do Mercosul.

Dessa forma, ao se considerar o processo de integração regional do Mercosul e suas peculiaridades, com destaque as enormes assimetrias existentes entre os países membros do bloco, sendo lógica a conclusão de que qualquer que seja o fator que amplie as dificuldades já existentes a este processo, sem dúvida deve ser enfrentado com cuidado e atenção merecidos. Assim, os conflitos fundiários no Paraguai envolvendo brasiguaios, se não sanados adequadamente, são potenciais geradores de percalços ao processo de integração, pois tais conflitos ao inflamar os espíritos nacionalistas do povo, via de regra, acabam influenciando o discurso político e o processo de integração, por conseguinte.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao largo desse breve trabalho é possível constatar a existência de uma estrangeirização de terras no meio agrícola paraguaio sem precedentes ao longo das últimas cinco décadas, em

que a busca por novos territórios para a expansão da agricultura capitalista deve ser apreendida não somente do ponto de vista econômico e social, mas especialmente como fator preponderante as estratégias geopolíticas dos agentes envolvidos.

Tal processo redesenha os espaços e reflete as disputas de interesse particulares de diversos grupos de poder, os quais têm se alinhado aos interesses internacionais por um modelo de desenvolvimento baseado no agronegócio, monocultor e latifundiário, sem esquecermos que tal modelo associado ao diminuto território paraguaio acende incontestemente alerta quanto a manutenção da segurança e autossuficiência alimentar primária.

Ao discutir o processo de estrangeirização da terra no Paraguai, o cuidado central dessa análise é atentar às relações de poder presentes no campo paraguaio, aos interesses e às conflitualidades entre agricultura camponesa e agronegócio, que no caso em apreço se materializam em um conflito envolvendo um campesinato paraguaio e um agronegócio quase todo brasileiro, o que eleva a relevância do conflito a uma esfera internacional, ressaltando que as “relações espaço/poder é relação social por excelência, processo real que se expressa empiricamente sob várias formas e tipos e que tem um significado e uma relevância inquestionável para a sociedade, fato esse que não pode ser ignorado”(COSTA, 1992, p. 27).

Contudo, um fator que merece ao menos referência, mesmo que não se encontre no primeiro plano dos motivos dos conflitos aqui estudados, são os interesses subjacentes do capital estrangeiro em adquirir os recursos naturais e geoestratégicos que vêm atrelados a propriedade da terra, sendo esse talvez um dos fatores que mais tenha impulsionado a aquisição de terras na fronteira leste do Paraguai, pois a título de exemplo essa região se encontra sobre um dos maiores aquíferos potáveis do mundo, o aquífero guarani. Dessa forma essa apropriação de territórios e recursos estratégicos, mesmo guardando importante relação de fundo com a problemática aqui exposta, devido a sua complexidade poderá ser tratada mais detidamente em oportunidade futura.

Retomando a discussão central desse artigo acerca dos conflitos de terras paraguaias envolvendo brasileiros, a temática perpassa a política de desenvolvimento adotada pelos governos a partir dos anos 1950 e a forte abertura da economia a investimentos estrangeiros, assim como a questão dos novos significados atribuídos aos territórios e as fronteiras.

Por exemplo, os principais eixos de discussão na Geopolítica atual, apontam para um processo de desestatização do território, o que fica claro quando consideramos as inúmeras formas de manifestação território-espacial do poder para muito além da seara estatal, afinal “toda sociedade que delimita um espaço de vivência e produção, delimita ao mesmo tempo um

espaço político, uma dada projeção territorializada das suas relações econômicas, sociais, culturais e políticas” (Idem, p. 27).

Nesse contexto considerando as informações expostas ao longo de todo o trabalho realizado é possível se costurar um liame bastante claro entre os conflitos fundiários paraguaios e os processos migratórios e de estrangeirização da terra, com destaque para o fator brasiguaios nesses processos.

Os aludidos fluxos migratórios, associados a políticas fundiária paraguaia, com destaque ao período Stroessner, podem ser indicados em boa parte como o fator responsável pela situação de concentração e estrangeirização fundiária no Paraguai, ao passo que tal contexto criou exclusão e empobrecimento do campesinato paraguaio, que não detém mais acesso as boas terras cultiváveis de seu país, fomentando-se assim violentos conflitos sociais pela propriedade da terra.

Contudo, o que se constata hoje é um direcionamento aos brasiguaios de uma conta que não é só deles, focando se a frustração social e a animosidade dos campesinos paraguaios no agroprodutor brasiguai, como personificação de um processo que não foi conduzido por eles e sim sob a batuta do capital estrangeiro, tendo sido o produtor brasiguai apenas ator secundário.

Assim buscando uma resposta à pergunta inicial deste artigo, constata se uma relação direta dos conflitos fundiários no Paraguai após a década de 70, com a existência do processo de estrangeirização das terras paraguaias (Land Grabbing), e as tensões com brasiguaios proprietários de terras no Paraguai, onde o Estado assumiu um papel elementar no processo de abertura do mercado de aquisição de terras ao capital estrangeiro, quando deveria ter sido agente chave e contraditório a estrangeirização da terra, ou seja, facilitando investimentos ao mesmo tempo em que cria barreiras (WOLFORD et al., 2013, p.2-3).

Ao contrário sensu, o Estado paraguaio atuou rumo a consolidação de uma estrangeirização de seu território, resultado de suas políticas públicas e ações que em sua maioria estavam alinhadas às demandas do capital estrangeiro. Tendo o Estado paraguaio, agido muito mais como agente de poder que legitima as ações, muitas vezes ilegais, de empresas estrangeiras colocando em xeque a soberania economia, política, alimentar em especial territorial do país (FERNANDES e IZÁ PEREIRA, 2018, p.19).

É exatamente neste viés geopolítico-internacional que o conflito fundiário paraguaio deve ser considerado ao passo que o processo de estrangeirização de terras e a influência do fator brasiguaios merecem ser interpretados não apenas como processo agrário e social, mas sim como um conjunto de relações de poder do capital estrangeiro com os agentes do estado

paraguaio rumo a construção de um projeto de apropriação dos espaços territoriais estrategicamente relevantes ao capital estrangeiro.

Assim a relação espaço-poder a qual é eminentemente social, e se manifesta sob vários modos, formas e tipos, aqui se expressa, em conflituosidade projetada na disputa territorial, onde resta clara a demonstração da relação entre território-poder envolvendo o agronegócio brasileiro e campesinato paraguaio.

Dessa forma, em uma primeira visada, é possível sugerir que o incremento de ações de cooperação técnica, “disponibilizar para outros países em desenvolvimento um conjunto de experiências, políticas públicas e conhecimentos através de instituições nacionais especializadas nas áreas que o parceiros consideram mais relevantes e urgentes” (AYLLON PINO, 2012, p.198) seja um instrumento eficiente para construção de uma aproximação e da diluição dos rancores e preconceitos embrenhados nos conflitos expostos nesse trabalho.

Afinal o conflito envolvendo o processo de “land grabbing”, em especial no caso paraguaio, perpassa por variáveis muito além do simples conflito por terras cultiváveis, sendo em última instância uma disputa pela apropriação de recursos infinitamente mais estratégicos ligados indiretamente a terra, e que estão via de regra ameaçados pelo processo de estrangeirização dos territórios nacionais.

FONTES BIBLIOGRÁFICAS CITADAS

AYLLON PINO, Bruno. Contribuciones de Brasil AL desarrollo internacional: coaliciones emergentes y cooperación Sur-Sur. Revista CIDOB d’afers internacionals, nº 97-98, (abril de 2012), pp. 189-204. Disponível em: <https://www.cidob.org/es/articulos/revista_cidob_d_afers_internacionals/97_98/contribucion_es_de_brasil_al_desarrollo_internacional_coaliciones_emergentes_y_cooperacion_sur_sur>. Acesso em: 24 maio 2023.

CESCONETO, E.A. e ROESLER, M.R.V.B. Políticas populacionais, migrações e desenvolvimento. Trabalho apresentado no VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais. Universidade de Coimbra, setembro de 2004. Disponível em: <<https://www.ces.uc.pt/lab2004/pdfs/eugeniaCesconeto.pdf>>. Acesso em: 25 maio 2023.

COLOGNESE, Silvio Antônio. BRASIGUAIOS: UMA IDENTIDADE NA FRONTEIRA BRASIL/PARAGUAI. **Tempo da Ciência**, [S.l.], v. 19, n. 38, p. 145-158, out. 2013. ISSN 1981-4798. Disponível em: <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/tempodaciencia/article/view/9693/7098>>. Acesso em: 24 maio 2023.

COSTA, Jessica Ausier da. As relações bilaterais Brasil-Paraguai e a problemática dos “brasiguaios”. **Revista Habitus : revista eletrônica dos alunos de graduação em Ciências Sociais** - IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 60-75, jul. 2009. Semestral. Disponível em: <www.habitus.ifcs.ufrj.br>. Acesso em: 20 maio 2023.

COSTA, Wanderley. **Geografia Política e Geopolítica**. São Paulo: Hucitec/USP, 1992.

FIorentin, M.I. **A experiência da imigração de agricultores brasileiros no Paraguai (1970- 2010)**. Curitiba, Universidade Federal do Paraná, 2010. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da UFPR.

FONSECA, Pedro e MONTEIRO, Sérgio. O Estado e suas razões: o II PND. **Revista de Economia Política**. V. 28, nº 1 (109), janeiro-março de 2007, pp. 28-46.

GLAUSER, M. Extranjerización del territorio paraguayo. Asunción: **BASE Investigaciones Sociales**, 2009. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/Paraguay/base-is/20170403033241/pdf_1246.pdf>. Acesso em: 25 maio 2023.

GUDYNAS, Eduardo. Agropecuaria y nuevo extractivismo bajo los gobiernos progresistas de América del Sur. **Rev. Territorios** 5, p. 37-54, noviembre 2010, Instituto de Estudios Agrarios y Rurales, CONGCOOP, Guatemala. Disponível em: <<http://www.gudynas.com/publicaciones/articulos/GudynasAgroNuevoExtractivismoTerritorios10.pdf>>. Acesso em: 25 maio 2023.

IZÁ PEREIRA, Lorena; FERNANDES, Bernardo Mançano. Ciclos de estrangeirização e concentração da terra no Paraguai. **Retratos de Assentamentos**, [S.l.], v. 21, n. 2, p. 13-44, dez. 2018. ISSN 2527-2594. Disponível em: <<http://www.retratosdeassentamentos.com/index.php/retratos/article/view/301>>. Acesso em: 25 maio 2023.

MAG. Censo Agropecuário Nacional 1981. Asunción: Ministerio de Agricultura y Ganadería, 1981. Disponível em: <<http://www.mag.gov.py/index.php/institucion/dependencias/sintesis-estadistica>>. Acesso em: 25 maio 2023.

MAG. Censo Agropecuário Nacional 1991. Asunción: Ministerio de Agricultura y Ganadería, 1991. Disponível em: <<http://www.mag.gov.py/index.php/institucion/dependencias/sintesis-estadistica>>. Acesso em: 30 maio 2023.

MAG. Censo Agropecuário Nacional 2008. Asunción: Ministerio de Agricultura y Ganadería, 2008. Disponível em: <<http://www.mag.gov.py/index.php/institucion/dependencias/sintesis-estadistica>>. Acesso em: 30 maio 2023.

MAG. Síntesis estadísticas – producción agropecuaria año agrícola 2016/2017. Asunción: Ministerio de Agricultura y Ganadería, 2018. Disponível em: <<http://www.mag.gov.py/index.php/institucion/dependencias/sintesis-estadistica>>. Acesso em: 30 maio 2023.

MASI, Fernando. Paraguai- Brasil e o Projeto Mercosul. **Política Externa**. Vol. 14, nº 3, dez-jan-fev 2005-2006, pp. 23-32.

SILVA, André Luiz Reis da Silva. **A matriz neoliberal da política externa brasileira**. Do otimismo liberal à globalização assimétrica. Curitiba: Juruá, 2009.

SPRANDEL, M. A. **Brasiguaios: conflito e identidade em fronteiras internacionais**. Rio de Janeiro, 1992. Dissertação (Mestrado) - PPGAS, Museu Nacional. Disponível em: <<http://caph.ffe.ch.usp.br/node/4786>>. Acesso em: 25 junho 2023.

WILKINSON, John. Land grabbing e estrangeirização da terra no Brasil. MALUF, Renato S.; FLEXOR, Georges (Org.). **Questões agrárias, agrícolas e rurais. Conjunturas e políticas públicas**. Rio de Janeiro: E-papers, p. 12-19, 2017. Disponível em: <http://oppa.net.br/livros/Questoes_agrarias_agricolas_e_rurais-Renato_Maluf-Georges_Flexor.pdf>. Acesso em: 25 julho 2023.

ZAAR, M. H. A migração rural no oeste paranaense/Brasil: a trajetória dos "brasiguaios". **Scripta Nova**. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales, Universidad de Barcelona, n. 94 (88), 1 de agosto de 2001. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn-94.htm>>. Acesso em: 15 maio 2023.

FONTES BIBLIOGRÁFICAS CONSULTADAS

ASSEN, Saskia. **Expulsões: brutalidade e complexidade na economia global**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

BERCKER, B. Geopolítica da Amazônia. **Estudos avançados**. v. 19, n. 53. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v19n53/24081.pdf>>. Acesso em: 08 jun. 2019.

BRAND, O, C. A. **Território e desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007.

CASTRO, Luís Felipe Perdigão; IGREJA, Rebeca Lemos. Estrangeirização de Terras na Perspectiva das Formas de Colonialidade no Agro Latino-Americano. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**, v. 11, n. 2, 2017.

CLEMENTS, Elizabeth Alice; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Estrangeirização da terra, agronegócio e campesinato no Brasil e em Moçambique**. Maputo: Observador Rural, 2013.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Geopolítica da questão agrária mundial. In: Antonio Canuto, Cássia Regina da Silva Luz e Isolete Wichinieski (ds.). **Cadernos Conflitos no Campo Brasil**. Goiânia, Comissão Pastoral da Terra, CPT, 2011

HARVEY, David. **O novo Imperialismo**. 2 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

HODGSON, Sthephen, CULLINAN, Comarc, CAMPBELL, Karen. Land ownership and foreigners: a comparative analysis of regulatory approaches to the acquisition an use of land by foreigners. [s.l.]: FAO, 1999.

MEHTA, Lyla; VELDWISCH, Gert Jan; FRANCO, Jennifer. Introduction to the special issue: Water grabbing? Focus on the (re)appropriation of nite water resources. **Water Alternatives**, v. 5, n. 2, 2012.

OBENG-ODOOM, Franklin. The grab of the world's land and water resources. **Rev. Econ. Polit.**, São Paulo, v. 33, n. 3, p. 527-537, Sept. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31572013000300009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 24 junho 2019.

OFSTEHAGE, A. Farming is easy, becoming Brazilian is hard: North American soy farmers' social values of production, work and land in Soylandia. **Journal of Peasant Studies**, v. 43, n. 2, 2015.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. A questão da aquisição de terras por estrangeiros no Brasil: um retorno aos dossiês. **Revista Agrária**, n.12, 2010.

PEREIRA, Lorena Izá; PAULI, Lucas. O processo de estrangeirização da terra e expansão do agronegócio na região do Matopiba. **Revista Campo-Território**, v. 11, nº 23, p.196-224, ed. esp., jul. 2016.

PEREIRA, Lorena Izá. **O Processo de estrangeirização da terra no Brasil**: estudo de caso da empresa Umoe Bioenergy no município de Sandovalina (SP). Monografia (TCC) - Unesp, 2015. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/124298>>. Acesso em: 26 jun 2019.

SAFR ANSKY, Sara; WOLFORD, Wendy. Contemporary land grabs and their alternatives in the Americas. **International Conference on Global Land Grabbing**. Universidade de Sussex, 6 a 8 de abril de 2011 – Disponível em:< www.future-agricultures.org/index>. Acesso em 26 jun 2019

SASSEN, Saskia. Land Grabs today: feeding the disassembling of national territory. **Globalizations**, v. 10, nº 1, p. 25-46, 2013.

SCOTTON, Luis Eduardo Brito; TRENTINI, Flavia. A limitação à aquisição de propriedades rurais por pessoas jurídicas de capital estrangeiro: grupos de interesse e efeitos socioeconômicos. **Anais do I Circuito de Debates Acadêmicos**. IPEA: Brasília/ DF, 2011.